

**RELAÇÃO ESCOLA E FAMÍLIA: UMA CONSTRUÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA\****Relationship between family and school: A historic and social construction*

Rosa Maria da Exaltação Coutrim\*\*

Rosana Areal de Carvalho\*\*\*

João Paulo Pereira de Almeida\*\*\*\*

**RESUMO**

Família e escola são instituições fundamentais no processo de socialização das crianças e dos jovens, porém, situações de diálogos entre essas instituições são pontuais. Como todas as instituições, ambas são agentes ativos e também fruto da interação social, sofrendo influências diretas da política, da cultura e do processo histórico. Este estudo tem como principal meta fazer uma reflexão a respeito da construção da relação entre família e escola a partir do estudo de caso de uma escola pública no interior de Minas Gerais entre os anos 60 e 90. Em um esforço de aproximação dos olhares sociológico e histórico sobre o tema partiu-se de um problema contemporâneo, vivenciado pelas escolas e famílias no Brasil, e buscou-se indícios nos documentos e na historiografia da educação elementos para a compreensão da construção dessa complexa relação.

**Palavras-chave:** família; escola; política; sociedade; história.

**ABSTRACT**

Family and school are essential institutions during the children and young process of integration with the society but dialogue between them must be particular. As all the institutions both of them are active agent and they result from the social interaction and they are directly influenced by the politics, the culture and the historical process. This study has as a principal goal to make a thought about the relationship between family and school grounded in a study of a public school located in the country of Minas Gerais between the sixty and ninety decades. In an effort to approach the historical and sociological view about this subject we based on a contemporary problem present on the schools and Brazilian families and we looked for evidence on documents and elements in the history of the Brazilian education to the comprehension of the construction of this complex relationship.

**Keywords:** family; school; politicity; society; history

---

\* Este artigo parte do trabalho “A Relação Escola e Família sob a Perspectiva da História” apresentado no IX Congresso Ibero-Americano de História da Educação Latino Americana.

\*\* Doutora em Ciências Humanas - Sociologia e Política pela Universidade Federal de Minas Gerais, com estágio de pós-doutorado no Instituto Politécnico de Leiria, em Portugal. Professora do Departamento de Educação da Universidade Federal de Ouro Preto. E-mail: rosacoutrim@ichs.ufop.br

\*\*\* Doutora em História Econômica pela Universidade de São Paulo, com estágio pós-doutoral na Universidade Federal de Minas Gerais. Professora do Departamento de Educação da Universidade Federal de Ouro Preto. E-mail: rosanareal@ichs.ufop.br

\*\*\*\* Graduado em História pela Universidade Federal de Ouro Preto. E-mail: almeida.joaopaulo@gmail.com

## Introdução

Profissionais que trabalham junto às escolas percebem que tem sido recorrente nos discursos dos professores, pedagogos, especialistas e da mídia a queixa de que as famílias têm se afastado da escola. As famílias, por sua vez, justificam seu afastamento alegando que a qualidade do ensino oferecido está decaindo e que a escola não consegue manter a disciplina entre seus alunos. O que se observa é que as instituições que se propõem a atuar em prol da formação do cidadão estão afastadas entre si, embora busquem, em um discurso formal, a aproximação.

As tentativas de trabalho em conjunto entre família e escola não são recentes e também não ocorrem sem conflitos. Para compreender o papel da família e da escola na formação das crianças e jovens e a influência que exercem mutuamente, diversos pesquisadores brasileiros e estrangeiros têm privilegiado esse tema de pesquisa seguindo a trilha dos estudos de Bourdieu e outros autores (NOGUEIRA, 2005; PERRENOUD, 2001; BRANDÃO, MANDELERT e PAULA, 2005; NOGUEIRA, ROMANELLI, ZAGO, 2000, entre outros). O presente artigo se insere nessa discussão a respeito da relação família/escola por uma perspectiva diferenciada ao propor uma análise sócio-histórica do fenômeno focalizando o movimento de aproximação (ou afastamento) entre elas.

Dessa forma, mais do que perguntar qual a relação entre a família e a escola na história recente brasileira, esse artigo busca elementos para a compreensão da (des)construção de tal relação. Para isso, acredita-se que a questão que sobressai no estudo, entre tantas outras é: por que essas duas instituições não estão conseguindo estabelecer parcerias que tragam, efetivamente, melhoria para a qualidade da aprendizagem de crianças e jovens?

No rastro desse questionamento central, esse artigo vem fazer conjecturas a respeito da origem do fenômeno e propor algumas pistas para análises futuras. Porém, ao se utilizar os recursos da sociologia e da história para compreender melhor o objeto de estudo reconhecem-se as potencialidades e os limites teórico-metodológicos que tal associação traz.<sup>1</sup>

As reflexões aqui apresentadas são frutos da discussão em torno de um estudo do caso de uma escola no interior de Minas Gerais. Teve como principal meta investigar como a relação entre essas duas importantes instituições, família e escola, se deu entre os anos 70 e os anos 90, compreendendo a influência das políticas educacionais e das mudanças nas configurações e papéis familiares da época. O caso selecionado foi de uma escola pública da cidade de Mariana-MG. Esta escola tem sua origem no Grupo Escolar de Mariana, inaugurado em 1909, com funcionamento contínuo até os dias de hoje, como Escola Estadual “Dom Benevides”.

Localizado na região central da cidade, o antigo Grupo Escolar recebeu filhos da elite e das camadas médias marianenses e possui um acervo histórico documental em bom estado de conservação. Para compreender a relação que a escola e a família construíram

---

<sup>1</sup> Ao partir de um estudo de caso nos anos 70 e de uma investigação bibliográfica que trata do papel da escola no início do século XX, a equipe de pesquisa reconhece os riscos de incorrer no determinismo histórico. Por isso, é importante ressaltar que esse artigo é fruto de um exercício de análise de parte dos diversos aspectos que envolvem a complexa relação família e escola e não da busca de uma causalidade.

ao longo das quatro últimas décadas foram analisados os documentos que continham registros das reuniões da Associação de Pais e Mestres; Atas de reuniões administrativas que tratavam do tema; registros de festas e eventos realizados para as famílias no espaço da escola; registros de projetos desenvolvidos pela escola que tiveram a participação das famílias dos alunos e a avaliação dos mesmos. O período investigado foi de 1962 a 1990.

Paralelamente à pesquisa documental foi feito um levantamento bibliográfico das produções que abordassem as transformações recentes da família brasileira; as implicações da política educacional na relação escola/família; a construção histórica e as conseqüências da parceria família/escola.

Ainda há muito a ser pesquisado sobre o fenômeno do ponto de vista sócio histórico, por isso, o artigo ora apresentado vem colaborar para o preenchimento de parte dessa lacuna, pois sabe-se que somente ao conhecer melhor como tem ocorrido (ou não) a parceria entre essas duas instituições ao longo dos anos, será possível pensá-la para o futuro.

### **O contexto social e político brasileiro**

Uma das polêmicas que hoje invade os meios escolares e acadêmicos diz respeito às responsabilidades da escola e da família sobre a educação de crianças e jovens. Enquanto a família defende que cabe à escola trabalhar questões como disciplina e valores, bem como controlar o comportamento abusivo de crianças e jovens, professores e responsáveis pela organização escolar delegam à família esse papel.

Luciano Mendes de Faria Filho chama a atenção para a necessidade de uma análise crítica sobre o problema. Segundo o autor:

Os professores e os gestores das unidades escolares alimentam, ainda, a ilusão de uma maior participação dos pais na escola, que seria resultado de uma ação formativa da escola em relação à família. Centrados em uma visão escolarizada do problema, eles não põem em dúvida o lugar construído para e pela escola, em relação às demais instituições sociais, dentre elas a família (FARIA FILHO, 2000, p.44).

Nota-se pelo excerto da obra de Faria Filho citado acima, que ao se colocar “em dúvida o lugar construído para e pela escola”, pesquisadores, professores e gestores iniciam aí um processo de descoberta sobre as responsabilidades da escola nesse contexto de afastamento das famílias das decisões escolares. Nesse sentido, outros pesquisadores também chamam a atenção para a necessidade do questionamento dos papéis reivindicados pela e para a escola ao longo da história. Um exemplo desse questionamento é o feito por Maria Eulina Pessoa de Carvalho ao afirmar que “... as relações entre a escola e a família, além de supostos ideais comuns, baseiam-se na divisão do trabalho de educação de crianças e jovens, e envolvem expectativas recíprocas” (CARVALHO, 2004, p.42). Segundo a autora, o que fará variar a relação entre estas instituições é a sua concepção de educação e sucesso escolar. Certamente, tal concepção e o lugar que a escola e a família ocupam na sociedade brasileira vem sofrendo transformações significativas ao longo das últimas décadas e, hoje, o ensino público no país é alvo de muitas discussões quanto à sua qualidade e efetividade.

Existe um saudosismo por parte de muitos pais e professores ao alegarem que na década de sessenta e/ou setenta o ensino oferecido pela escola pública era de melhor qualidade em comparação ao atual. Porém, a diminuição da qualidade do ensino não é um consenso entre os pesquisadores, que defendem a necessidade de se considerar três instâncias que sofreram modificações radicais nas últimas quatro décadas: a família, a política e a escola (RICCI, 2003). Há também, fatores importantes que, por vezes, são negligenciados nos estudos da relação família-escola e nas estratégias de promoção do sucesso escolar, tais como: as relações de poder intra familiares, de raça/ etnia; a desigualdade sócio-econômica, a diversidade cultural e de arranjos familiares; as relações de gênero que estruturam as relações e a divisão de trabalho em casa e na escola (CARVALHO, 2004, p.43). A autora também aponta a origem desta relação na rede particular de ensino, onde os pais são consumidores de um produto – a educação dos filhos – e mantêm relação direta com os diretores, fornecedores. Com isso, os pais se tornam atuantes nas decisões da escola e obrigam as instituições a manter alto padrão de qualidade. Dessa forma, o retorno da classe média para escola pública é considerado positivo, pois possibilita uma “continuidade cultural e identidade de propósitos entre famílias e escolas” (CARVALHO, 2004, p. 44).

Para compreender essas modificações sofridas na sociedade brasileira e, conseqüentemente, as influências que cada uma das três instâncias apontadas acima (família, política e escola) vem exercendo mutuamente, é necessário que seja feita uma breve contextualização histórica.

Segundo Saviani et all (2004), a história da educação no Brasil é dividida em duas etapas. A primeira, que se inicia em 1549 e vai até 1890, na qual a existência de uma “escola pública” é bastante discutida; e outra etapa, que dura de 1890 até os dias de hoje, na qual a presença da escola pública é crescente. Na segunda etapa, o foco desse trabalho se dá principalmente no período entre a LDB de 1961 e a LDB de 1996, que está em vigência até hoje. Para compreender melhor esse período selecionado, julgou-se necessário levantar alguns pontos de discussão sobre a educação dos anos 20 e 30.

Sabe-se que a legislação educacional reflete as transformações sociais, políticas e econômicas de um país, e o Brasil tem vivido diferentes momentos, marcados por maior ou menor democratização, estabilidade política e/ou econômica. Os anos 60, em particular, marcaram profundamente o povo brasileiro e suas instituições. Em 1964, o Brasil sofreu um golpe de Estado e passou a ser presidido por militares, e esta nova realidade política fez com que fossem necessárias reformulações na Constituição. Tais acontecimentos políticos, bem como as mudanças econômicas pelas quais o país vinha passando desde a década anterior, provocaram na educação uma grande mudança em relação aos seus objetivos.

Em conseqüência da fase de ditadura após o golpe de 1964, iniciou-se um forte controle do Estado sobre a escola que, em razão disso, perdeu grande parte da autonomia conquistada nas décadas de 40 e 50. Tais mudanças institucionais se tornaram mais rigorosas após a promulgação da Lei 5692/71, que promoveu uma política mais burocrática e centralizadora do poder (FREITAG, 1980).

Do ponto de vista das transformações familiares recentes, Singly chama a atenção para a participação da lógica do mercado nas relações sociais. Para o autor, a criança alcança uma individualização progressiva orientada pela lógica do mercado e “tudo remete a uma demanda, explícita ou não, de autonomia pessoal e a desvalorização dos elos de dependência em relação às instituições e às pessoas” (SINGLY, 2007, p.128). Tal autonomia também se reflete na escola. Esse reflexo foi apontado por Saviani et all (2004) e Freitag (op.cit.), que ressaltam que no campo pedagógico brasileiro ocorreram mudanças nas grades curriculares com a Lei 5692/71. Foram introduzidas disciplinas semi-profissionalizantes no 1º e 2º graus, para que, impulsionadas pelo crescimento da economia na década de 70, as escolas pudessem fornecer mão de obra especializada para o mercado interno que se industrializava. Desta forma, ao entrar mais cedo no mercado de trabalho, o jovem tornava-se independente financeiramente dos pais.

Passara-se então a pensar a educação como um investimento em longo prazo, conseguindo através dela uma melhor qualidade de vida e maior produtividade na sociedade em geral, o que levaria o país ao desenvolvimento. Esta teoria de desenvolvimento através da educação aplicada durante a década de 60 foi denominada teoria do capital humano, política social importada dos Estados Unidos (HILSDORF, 2003). A autora ressalta que este sistema dos anos 70 será muito criticado, porque somente a melhoria do ensino não garantia a resolução dos problemas nacionais e porque tal sistema – formação técnica para o mercado – produzia mais benefícios para os países desenvolvidos do que para o próprio país ao juntar-se à expansão do mercado consumidor e a abertura para os produtos estrangeiros. Outra crítica a este modelo de desenvolvimento é a grande ênfase dada à área das exatas, principalmente voltada para alta tecnologia e perda do status das ciências humanas. O que é bem plausível numa ditadura militar.

Saviani (op. cit) ao analisar a LDB de 1968 e a LDB de 1972 observa, claramente, que a primeira era voltada para o ensino fundamental e a segunda priorizava o ensino superior. O ensino médio tinha uma ênfase maior na formação de trabalhadores e o ensino superior com o objetivo de formar mentes pensantes, pois, muitos dos alunos do ensino superior vinham da classe média e das classes mais abastadas da sociedade brasileira. Com o fim da ditadura, as diretrizes educacionais também se alteraram, conferindo maior autonomia às escolas em suas propostas pedagógicas e demais ações. Se hoje o sistema educacional público não atingiu maior eficiência do ensino em função de problemas de estrutura, como o excesso de alunos e turmas por professor, aulas de 50 minutos e baixos salários, não se pode esquecer que, a partir dos anos 80, a escola pública passou a ter maior autonomia, apresentando propostas pedagógicas mais adequadas à realidade de seus alunos. Nos anos 2000, a escola perdeu o caráter profissionalizante e passou a ter um perfil mais empreendedor, buscando ampliar o acesso do jovem à escola por meio de novos investimentos e, mais uma vez, o mercado de trabalho passa a orientar o perfil do jovem profissional.

Conforme mencionado anteriormente, as transformações pelas quais a escola vem passando após o período de ditadura militar, entre a Lei 5692/72 e a LDB de 1996, refletem também as mudanças ocorridas nas estruturas das famílias nos últimos anos. Na década

de 70, as famílias eram predominantemente nucleares e os conflitos entre gerações eram mais velados em consequência da repressão inerente ao modelo patriarcal. O casamento era regulado por velhos costumes, segundo os quais cada membro do casal tinha papéis socialmente pré definidos.

Principalmente depois de 1973, quando no Brasil se aprova a lei do divórcio (lei nº 5.859/73), cresce a tendência de homens e mulheres buscarem no casamento a realização de relações afetivas e a felicidade individual. “Sendo o ‘eu’ mais importante que o ‘nós’” (SINGLY, 2007, p132). Desta forma, quando uma das partes não se sente mais feliz com o casamento, este se desfaz e se busca a felicidade em outro relacionamento. Tal condição se faz possível também pelo aumento da escolaridade feminina e pela inserção dessa parcela da população no mercado de trabalho. Como consequência, observa-se crescimento do número de famílias monopaternais (onde um dos pais vive com os filhos) e de famílias compostas ou recompostas (casal composto por um dos cônjuges que tenha um passado matrimonial e a guarda de um de seus filhos) (SINGLY, op.cit.).

Além disso, até meados do século XX, a demarcação das fases do ciclo da vida era mais clara e o jovem entrava na idade adulta mais cedo, assumindo responsabilidades, inserindo-se no mercado de trabalho e casando-se assim que deixava a adolescência (CAMARANO; KANSO; MELLO, 2006). Se, na década de 70, a inserção no mercado de trabalho constituía-se no marco para a auto-suficiência financeira e, portanto, no símbolo da independência familiar, hoje essa conquista na vida do jovem não tem sido acompanhada da saída da casa dos pais. O mesmo tem ocorrido com todos os outros fatores que evidenciam a passagem para a vida adulta. Havia um número menor de mulheres no mercado de trabalho, principalmente casadas, pois estas eram levadas a assumir os afazeres da casa e a se responsabilizar pela educação dos filhos. Eram as mulheres que, até os anos 70, tinham a função quase exclusiva de sociabilizar a criança, e não a escola (RICCI, op.cit.).

Nos dias atuais, as famílias vêm assumindo diferentes conformações, distintas do modelo nuclear, pois “...a família não desaparece, mas muda de sentido. Em lugar de se impor aos seus membros, a família se torna de alguma maneira um ‘serviço’ que pode ser colocado à disposição dos indivíduos, preocupados em viver juntos” (SINGLY, op.cit, p.170). Assim, a transformação familiar que influencia diretamente na educação das crianças e jovens é a incompatibilidade de ideais e aspirações entre as gerações oriundas das mudanças de valores ocorridas nestes últimos 40 anos.

Todos estes fatores presentes no âmbito da configuração e do desempenho de papéis nas famílias ao longo dos anos têm implicação direta na dinâmica escolar e, como consequência, a escola tem sido chamada a participar mais ativamente na educação das crianças e jovens hoje em dia do que nas décadas de 60 e 70.<sup>2</sup>

Conforme Maria Alice Nogueira, o diálogo se faz cada vez mais necessário, mas pouco se avançou até então.

---

<sup>2</sup> Bourdieu chama de “contrato pedagógico” o grau de confiança dado à escola pelos pais em relação às exigências implícitas e explícitas da escola. Sendo esta, agora, incumbida de transmitir valores a seus filhos (BOURDIEU, 2003, p.589).

Essas novas perspectivas encaram o aluno como um elemento ativo do processo de ensino-aprendizagem. Tais princípios, que se prolongaram no tempo, revestem-se, nos dias atuais, de uma forte preocupação com a coerência entre, de um lado, os processos educativos que se dão na família e, de outro, aqueles que se realizam na escola. O que significa que a instituição escolar hodierna deve conceber seu trabalho educativo em conexão com as vivências trazidas de casa pelo educando. Hoje, mais do que nunca, o discurso da escola afirma a necessidade de se conhecer a família para bem se compreender a criança, assim como para obter uma continuidade entre sua própria ação educacional e a da família (NOGUEIRA, 2005, p.573).

O espaço escolar, por seu turno, pouco se instrumentaliza para atender a essa demanda, pois sofre influência direta da política nacional. Com o processo da burocratização estatal iniciado com o governo militar ocorre também, em certa medida, uma desarticulação das políticas educacionais já existentes. Tal processo, aliado aos problemas estruturais e conjunturais enfrentados pelas escolas públicas e o baixo investimento em prol da educação pública de qualidade tem levado ao desmonte da estrutura. Como Sofia Lerche Vieira diz:

O estoque de boas idéias de baixo custo tende a ser limitado. Boa educação requer elevados investimentos. A dimensão financeira, que é um componente fundamental da gestão, no mais das vezes, tende a ser ignorada na formulação de promessas e planos. Por isso mesmo é que um grande contingente de boas intenções se desvanece na medida em que avança o cotidiano da gestão (VIEIRA, 2006, p. 5).

Enfim, mediante essa breve exposição, é possível reconhecer que a educação pública brasileira vivenciou sérios problemas na década de 70 e ainda hoje encontra resistência para se universalizar e se manter com qualidade e adequação à nova ordem social. As famílias, por sua vez, se encontram em situações diversas dos anos 70. Com o aumento dos divórcios e separações, bem como a crescente inserção da mulher no mercado de trabalho, novos padrões de comportamento e relacionamento familiar têm sido criados.

No esforço para buscar formas de oferecer uma educação que forme para a vida adulta e para as responsabilidades que dela decorrem, famílias e escola buscam encontrar caminhos para a orientação adequada às crianças e jovens; os quais se deparam, diariamente, com uma realidade na qual as forças e os papéis não são fixos e, muito menos, oferecem segurança para sua formação e capacitação para o trabalho.

### **Pistas deixadas pelos documentos**

A Escola Estadual “Dom Benevides” surgiu como Grupo Escolar de Mariana, em 1909. Funcionando num prédio doado, ao lado da Câmara e Cadeia, começou com 8 turmas, duas de cada série, em classes femininas e masculinas. Em 1914 foi denominado Grupo Escolar “Dr. Gomes Freire”, em homenagem ao patrono do grupo, político e médico que exerceu intensa atividade em Mariana nas primeiras décadas do século XX. No início dos anos 30 passou a ocupar o prédio próprio, onde está instalado até hoje, com

a denominação Grupo Escolar “Dom Benevides”. Com a LDB de 1972, a escola passou a atender todo o ensino de 1º. Grau, como Escola Estadual “Dom Benevides”. O ensino médio só foi incorporado nos anos 90 do século passado.

O acervo mantido pela escola constitui-se de um conjunto de cerca de 100 volumes, livros de capa dura, que cobrem um extenso período: desde o Livro Termo de Posse, de 1909, indicando a chegada dos professores ao Grupo Escolar; até livros de matrícula de períodos mais recentes. A documentação existente até 1974 já foi digitalizada como medida de preservação desse acervo.

Confirmando inúmeros relatos de historiadores da educação acerca dos vazios e lacunas tão comuns quando se trabalha com os documentos escolares, a pesquisa documental não trouxe muitas informações. Contudo, possibilitou algumas pistas que, associadas à literatura na área, se tornam valiosas. A preservação destes segue apenas uma lógica: documentos que garantam a permanência da instituição, ou seja, livro de matrículas e livro de ponto. Os demais documentos não costumam ter valor e, portanto, desaparecem. Por outro lado, se se perde na quantidade, a existência dos poucos se reveste de muita importância. E estes poucos revelaram aspectos importantes sobre a relação família escola.

Seguindo os apontamentos de Carvalho (op.cit.) quanto à necessidade do envolvimento dos pais na educação escolar e qual a política de incentivo para que haja este vínculo, também buscamos identificar ações nesse sentido durante as décadas anteriores.

Na documentação pesquisada não foi possível quantificar quantos pais de alunos iam às reuniões, ou se era a mãe ou o pai quem mais comparecia. No caso de um relato a respeito do interesse da família na nota do filho, fica clara a participação masculina na reunião.

....a respeito das medidas mensais recomendou-nos considerarmos bastante sobre o adiantamento dos alunos para não haver notas imerecidas. Houve, por exemplo, um pai disse-nos que achou que o filho melhorou, por haver levado quase 8 em aproveitamento. Como se referia a um aluno de Doria [Ivani], apresentou esta o seguinte esclarecimento: o aluno é pior em Língua Pátria, mas a sua nota em Geografia elevou-lhe a média (Ata da terceira reunião do primeiro semestre de 1962, Livro 50, p. 14).

A melhora do filho na escola é sentida pelo pai por causa da média geral que, teoricamente, indica o quanto o aluno está aprendendo. Porém, em outro documento chama atenção a procura da família pela escola quando há algum problema, buscando... “Notificar aos pais, quando necessário a respeito da vida escolar do aluno, através da reunião de pais e mestres.” (Ata de 10 de fevereiro de 1973, Livro 64, p. 22/2). Conforme CARVALHO... “As professoras recorrem aos pais quando se sentem frustradas e impotentes — quando os/as estudantes apresentam dificuldades de aprendizagem e/ou de comportamento, com as quais elas não conseguem lidar” (2004, p.44), reforçando a nota como medida principal de avaliação.



Através das atas das reuniões é possível notar a sobreposição da instituição escola sobre a instituição família, quando há pouca instrução desta última: “A reunião inicialmente será geral apresentando aos pais alguns problemas com relação aos alunos e **deveres que os pais devem obedecer**”<sup>3</sup> (Ata de 05 de abril de 1975, Livro 64, p.43).

Esse excerto de Ata oferece um excelente material de reflexão. Para compreender melhor essa postura normativa e impositiva da escola em relação à família buscou-se subsídios nos padrões de modernidade preconizados para a educação brasileira ainda nos anos 20. Segundo Gouvêa (2007) a concepção de infância na modernidade relaciona-se à produção histórica da “criança civilizada”. A criança da modernidade deveria se comportar como um mini adulto, capaz do autocontrole de suas pulsões. Daí a necessidade de reinvenção da infância. Esse novo cidadão em formação faz parte do projeto da Modernidade no qual a escola representa espaço privilegiado.

Certamente que nessa busca da formação do homem moderno a escola passa a ocupar o papel de instância formadora privilegiada (papel esse ocupado pela família até então) e, para isso, se fez necessário combater outras formas de transmissão e produção culturais consideradas inadequadas para a época. “Isto implicou na reorganização ou redefinição de papéis de outras instituições diretamente ligadas à educação, sendo a família uma delas, o que não se fez sem conflitos” (Gouvêa, op.cit.,p.125).

Ainda no final do século XIX as grandes cidades criaram espaços de guarda para crianças pequenas durante a jornada de trabalho de suas mães. Esses Jardins de Infância assumiam a o processo socializador e educacional das crianças oriundas de famílias pobres e, revestidos do discurso competente, essas escolas deslegitimavam a educação dada pelas famílias.

Diante das colocações da autora se faz possível compreender como foi tecida a relação família-escola ao longo do século XX e, conseqüentemente, descortinar os motivos que levaram à ausência de iniciativas para aproximar, em uma relação de igualdade, a família da escola em situações diferentes da reunião de pais.

Essa busca pelo controle da criança, um futuro cidadão moderno aparece de forma sutil nos documentos investigados. Nota-se que a aproximação da escola com a família volta-se sempre para a questão do desempenho escolar do filho. Não houve registro de outro assunto prioritário nas atas, exceto pela proposição exposta no excerto abaixo, uma das raras iniciativas de aproximação da família por meio dos trabalhos escolares:

Disse-nos em seguida as atividades que devem haver na classe como: jornal, pesquisas, entrevistas, clube de leituras, excursões clube de saúde, biblioteca em classe, etc...  
(Ata de 28 de fevereiro de 1970, p1).

Estas atividades pedagógicas podem integrar, de maneira indireta, a relação família e escola a partir do momento em que a família é chamada a ajudar na confecção do trabalho (entrevistas, jornal, pesquisas, etc.) ou tem acesso ao mesmo. Por exemplo, quando o

---

<sup>3</sup> Grifos dos autores do artigo.

aluno/filho mostra o jornalzinho em casa, e se a família elogia criando um reforço positivo nestas relações entre as instituições família e escola.

Em outro fragmento, percebe-se a fala da diretora sobre problemas relativos à sala de aula. Já ressaltando uma relação família escola. Para a direção é:

Importante a relação com os pais para ter uma cooperação deles. A professora ao observar alguma falta que possa prejudicar a vida escolar do aluno, ela deverá procurar estudar a causa, ir pessoalmente (mandar) a casa dos pais, ou se for impossível mandar bilhete referente ao motivo para que os pais possam verificar a atitude do aluno e assim estarão em contato com as causas do filho. (Ata de 19 de setembro de 1962, Livro 50, p.26)

Pode-se perceber que este tipo de orientação da diretora tem uma função de fazer com que os pais tomem conhecimento das atitudes de seus filhos para garantir um melhor aproveitamento dos mesmos na escola. Nota-se que esse papel cabe à professora e não à direção, como nos dias atuais. Percebe-se também que foi destacada a participação da família na escola, através de reuniões, preocupações da escola com a disciplina dos alunos, colocando a família como um reforço para melhorar o sucesso escolar dos alunos e nunca para opinar e participar das decisões.

Do ponto de vista da escola, o envolvimento ou participação dos pais na educação dos filhos e filhas significa comparecimento às reuniões de pais e mestres, atenção à comunicação escola–casa e, sobretudo, acompanhamento dos deveres de casa e das notas.

Interessante notar como o discurso da escola que impõe “tarefas” para a família e assume uma postura normativo-pedagógica que desvaloriza o saber dos pais, reflete o projeto de modernidade implementado entre fins do século XIX e início do século XX no Brasil. Nesse projeto, a reforma proposta por Fernando Azevedo desempenhou papel decisivo, conforme relata Sonia Camara:

Quando assumiu o cargo de Diretor Geral da Instrução Pública do Distrito Federal em 1927, Fernando de Azevedo trouxe consigo a convicção quanto ao poder da educação como elemento de progresso e civilização. Educar significava não só assegurar os interesses do país, mas também criar a identidade do povo em consonância com o conhecimento de suas necessidades e tradições nacionais. Em sua concepção, a reconstrução social e nacional do país não poderia ser realizada senão por uma educação sólida capaz de dar às novas gerações a consciência do seu destino e prepará-las para viver num ambiente de compreensão e solidariedade. (CÂMARA, 2004, p.161)

A idéia de “dar às novas gerações a consciência do seu destino” traz claramente o poder instituído à escola nesse momento: o de dizer o que é certo ou errado no processo de educação e socialização das crianças e jovens nesse novo contexto muito mais cultural do que sócio-político-econômico. Esse discurso transpareceu na proposta higienista da escola reformada da época e criou (e reforçou) a imagem da infância pobre e abandonada, sem limites e doente em contraposição à criança educada, higiênica e saudável.

A argumentação produzida procurou patentear as reivindicações e necessidades das camadas mais pobres da sociedade, representadas pelos operários e trabalhadores em geral, com a intenção de criar representações acerca de uma infância “desprezada”, “doente”, “estigmatizada”, “triste”, o contraponto para defender os pressupostos necessários para criar na criança o “sentido da saúde”, associado a uma infância protegida, saudável, assistida, alegre e robusta a ser educada na escola reformada. (CÂMARA, 2004, p.179)

Há, nesse processo, a deslegitimação do saber e das práticas educativas exercidas pela família. Construído com base na cultura e na história familiar, tal saber não encontra espaço para se colocar como tal diante dos preceitos escolares, construídos com base no conhecimento científico da época. À família, então, é requisitado o apoio às iniciativas gestadas e geridas pela escola e pode-se perceber essa relação, que vai além das questões relacionadas ao desempenho escolar das crianças, na documentação encontrada na escola investigada. Nesses casos, a escola busca a ajuda da família através da Caixa Escolar. Nas fontes se encontram com certa frequência referências à Caixa Escolar e a importância desta. Segundo o trabalho de Carvalho, Marques & Faria (2006), que pesquisaram esta mesma escola num período anterior, constata-se que esta prática é recorrente desde o início do século XX.

A arrecadação do dinheiro da Caixa Escolar se dava, principalmente, através dos professores que eram incumbidos de arranjar sócios e cobrar dos associados suas mensalidades. Estes associados não eram compostos unicamente por pais de alunos, visto que, pedia-se com frequência para as professoras conseguirem novos sócios que poderiam vir de origens diversas (amigo da igreja, algum parente da professora, algum desconhecido), desde que a professora se responsabilizasse pela cobrança. Assim, será recorrente nas fontes citações do tipo: “Pedi também nesta reunião a colaboração de todas as professoras para trabalharem para a Caixa Escolar” (Ata de 28 de fevereiro de 1970, p1/2). Para complementar esta renda era recorrente a realização de festas e de eventos, pois, só a contribuição dos sócios não era suficiente. “O assunto seguinte foi com relação a caixa Escolar. A Sra. Diretora mostrou a necessidade de ser feito algum movimento em benefício da mesma. Sugeriu então que fosse feita um festa.” (Ata de 24 de abril de 1971, p12/2)”

A Caixa Escolar possuía um caráter filantrópico e empreendedor, pois era uma estratégia para suprir o baixo orçamento da escola. Os recursos alcançados eram destinados à obtenção de objetos de secretaria e equipamentos para serem utilizados na sala de aula: “Mostrou também as professoras como era empenhado o dinheiro da Caixa Escolar. Dinheiro este cujas despesas foram em: máquina de escrever, projetar, livro de chamada, etc... (Ata de 10 de agosto de 1971, Livro 50, p.8)”. Também eram utilizados para ajudar a manutenção do aluno na escola, doando material didático (cadernos, lápis) e uniformes; para complementar a merenda: “Pedi que fosse dada algum sugestão para se conseguir dinheiro, para as despesas da merenda e confecção de uniformes para os meninos pobres”. (Ata de 14 de fevereiro de 1972, Livro 64 p.18/2). Tal ação decorre do fato da escola possuir muitos alunos carentes, tanto que deveriam ser considerados em

uma eventual mudança de horário das aulas: “Troca de horário de aulas. Justificou-nos a senhora diretora da troca do horário das aulas. Por estar o tempo muito frio e muitos alunos não chegarem no horário certo devido a falta de agasalhos” (Ata de 9 de novembro de 1974, Livro 64 p.36).

Nota-se também grande dificuldade em conseguir arrecadar fundos para a Caixa Escolar, sendo recorrentes menções como: “Pedi também que as professoras que observasse nas classes os alunos que mais necessitam (da) realmente da ajuda da C. Escolar” (Ata de 16 de maio de 1970, Livro 64, p.5). O ápice desta dificuldade de arrecadação da Caixa Escolar ou da grande necessidade pode ser percebida através duma faixa afixada na porta da escola para arrecadar fundos com os dizeres “UMA CRIANÇA PRECISA DE VOCÊ. AJUDE-A”. (Ata de 13 de novembro de 1974, Livro 64, p.32). Foram recorrentes os registros que apontaram a importância do dinheiro proveniente da Caixa Escolar para a diminuição do êxodo escolar, propiciando alguns meios materiais para que os alunos permanecessem estudando e com maior chance de sucesso escolar.

Mais recentemente, outra medida importante nesta (des)consolidação da relação família e escola é a fundação da Associação de Pais e Mestres (A.P.M) que tem a aparente intenção de aproximar estas duas instituições.

Iniciou a reunião apresentando uma apostila da APM que significa: Associação de Pais e Mestres, a fim de adquiríssemos conhecimentos para a fundação dessa entidade em nosso grupo. Frisou bastante para que fosse fundada esta associação para que assim os pais e mestres pudessem dialogar do reajustamento de seus filhos e informar o pai ambiente escolar do aluno. (Ata de 21 de março de 1972, Livro 64, p.19/2).

Foi possível perceber, por meio da pesquisa documental e da bibliografia investigada, que as pequenas pistas deixadas pelos documentos descortinam um interessante e profícuo campo de trabalho para os historiadores e sociólogos da educação. A escassez de documentos nos abre novos questionamentos a respeito da construção da relação família-escola ao longo da história. Como era a participação dos pais nas reuniões da escola? Qual o conteúdo das conversas entre professores e pais? Como era a participação da família na preparação e participação das festas escolares? Como era a socialização dessas crianças dentro e fora dos muros escolares? Certamente, nos arquivos das escolas da região escondem-se relatos que revelam como, ao longo dos anos, a escola enxergou a família e como se deu o diálogo, ou o silêncio, entre essas instituições fundamentais na socialização das crianças e jovens.

### Concluindo

Ainda há muito a pesquisar a respeito da relação entre família e escola ao longo da história recente. Nesse artigo a equipe de pesquisa se propôs a analisar os indícios encontrados em uma escola de Mariana nas décadas de 60 e 70, porém, julgou-se importante remeter a pesquisa bibliográfica aos anos 20, quando a política higienista refletiu os ideais modernizantes e a escola assumiu o papel de protagonista.

Como apontado na introdução, a proposta foi trazer alguns indícios da história que possam auxiliar na compreensão do distanciamento entre família e escola na contemporaneidade, cuidando para que não se incorra no anacronismo e na redução do fenômeno a uma relação de causalidade empobrecida, sem a compreensão devida do contexto social, político e econômico que envolve o mesmo.

Refletindo sobre esse processo, é possível conjecturar sobre as dificuldades em se encontrar, na documentação, certos indícios de como ocorria a relação entre essas duas instituições tão distintas. Nas fontes a aproximação entre elas aparece, ora através do Caixa Escolar, onde a escola oferecia apoio à família para manter o aluno estudando, ora através das reuniões escolares, onde havia uma ingerência direta da escola sobre a família.

As lacunas documentais são ainda maiores em décadas posteriores na escola pesquisada, o que motiva a equipe a continuar a pesquisa, talvez alterando a metodologia: uma pesquisa oral poderia nos revelar mais desta relação? Entretanto, com base nos resultados de pesquisas de outras instituições, podemos concluir que a relação entre família e escola continua a se reconfigurar, porém, sem saltos, apesar das rápidas alterações nos padrões familiares e das mudanças políticas e sociais.

#### Fontes

BRASIL, República Federativa do. Decreto-Lei n.º. 477- de 26 de fevereiro de 1969. Livros de Atas do Acervo da Escola Estadual “Dom Benevides”. Mariana, MG

#### Referências

- BOURDIEU, Pierre. *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 2003.
- BRANDÃO, Zaia; MANDELERT, Diana; PAULA, Lucília de. A circularidade virtuosa: investigação sobre duas escolas no Rio de Janeiro. In: *Cadernos de Pesquisa*, 35, 126, p. 747-758, set./dez. 2005.
- CAMARA, Sônia. A constituição dos saberes escolares e as representações de infância na Reforma Fernando de Azevedo de 1927 a 1930. In: *Revista Brasileira de História da Educação*, São Paulo: 8, p.159-180, jul./dez., 2004.
- CAMARANO, Ana A.; MELLO, Juliana L.; KANSO, Solange. Do nascimento à morte: principais transições. In: CAMARANO, Ana A. (org.) *Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?* Rio de Janeiro: IPEA, 2006.
- CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. Modos de educação, gênero, e relação escola-família. In: *Cadernos de Pesquisa*, 34 (121), p.41-58, jan/abr. 2004.
- CARVALHO, Rosana Areal; MARQUES, Elisângela F. & FARIA, Vinicius Leal. Grupo escolar de Mariana: educação pública em Mariana no início do século XX. In: *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, 21, p. 2 – 14 mar. 2006. Disponível em <[http://www.histedbr.fae.unicamp.br/art01\\_21.pdf](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/art01_21.pdf)> Acesso em 12 de outubro de 2010.
- FARIA FILHO, Luciano Mendes. Para entender a relação escola-família: uma contribuição da história da educação. *São Paulo em Perspectiva*, 14(2), 2000.

- FREITAG, Bárbara. *Escola, estado e sociedade*. 4 ed. rev. São Paulo: Moraes, 1980.
- GOUVÊA, Maria Cristina Soares de. A escolarização da criança brasileira no século XIX: apontamentos para uma re-escrita. *Revista Educação em Questão*, Natal, 28 (14) p.121-146, jan/jun. 2007.
- HILSDORF, Maria Lucia Spedo. *História da educação brasileira: leituras*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.
- NOGUEIRA, Maria A. A relação família-escola na contemporaneidade: fenômeno social/interrogações. In: *Análise Social*, XL (176), 563-578, 2005.
- NOGUEIRA, Maria Alice, ROMANELLI, Geraldo, ZAGO, Nadir (Orgs.). *Família e escola: trajetórias de escolarização em camadas médias e populares*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- PERRENOUD, Pierre. O que a escola faz às famílias. In: Montandon, C; Perrenoud, P. *Entre pais e professores: um diálogo impossível?* Oeiras: Ed. Celta, 2001, pp. 57-112.
- RICCI, Rudá. Vinte anos de educação básica. In: *Revista Ibero-americana*. Número 31. s/p., Janeiro/ Abril de 2003.
- SAVIANI, Dermeval; ALMEIDA, Jane S.; SOUZA, Rosa F. de; VALDEMARIN, Vera T. *O Legado Educacional do Século XX no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2004.
- SINGLY, François de. *Sociologia da Família Contemporânea*. Trad. Clarice Ehlers Peixoto. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.
- VIEIRA, Sofia L. Políticas e Gestão da Educação Básica. In: *IV Seminário Regional de Política e Administração da Educação do Nordeste. V Encontro Estadual de Política e Administração da Educação/RN*. Natal, novembro de 2006.

*Recebido em agosto de 2011  
Aprovado em outubro de 2011*